

Revista da Extensão

Nov. 2011 nº3

Outras palavras:
um projeto
multimeios
e multimídia

Viajando pela
África com
Ibn Battuta:
relato de um
projeto didático-
pedagógico

Projeto Unimúsica,
o ouvinte nômade
e a ampliação de
repertórios

Esticando
horizontes:
astronomia e arte
no ensino de
deficientes visuais

Oficina de
indicadores sociais
com ênfase em
relações raciais:
experiências e
desafios

Intervenção
interdisciplinar
em coletivos:
vulnerabilidade
social e
direitos humanos

Política de
gestão de museus
e acervos
museológicos
da UFRGS

Memorial da UFRPE:
diálogos possíveis
entre ensino,
extensão e pesquisa

Acessibilidade em
ambientes culturais:
vale a pena

A Extensão vista de PERTO

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul



EDIÇÃO COMEMORATIVA

50

Congresso Brasileiro de Extensão Universitária

As Fronteiras da Extensão

ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES CULTURAIS: VALE A PENA

Eduardo Cardoso
Faculdade de Arquitetura – UFRGS

Jeniffer Cuty
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – UFRGS



As exigências em ambientes culturais nos obrigam a constantes atualizações. A diversidade do público desafia as instituições e seus profissionais a corresponderem às expectativas e, antes de tudo, às suas necessidades. Assim, atendendo à pretensão de ser um ambiente acessível, aberto a todos os cidadãos, será indispensável a aplicação de recursos para acessibilidade em sistemas expositivos e de informação.

Pessoas com algum tipo de deficiência – sensorial, cognitiva, físico-motora ou múltipla – enfrentam diariamente dificuldades para obter informações, deslocar-se, comunicar-se e utilizar equipamentos públicos, ainda que tenham o direito a condições de igualdade, sem nenhuma forma de discriminação, garantido pela Constituição Brasileira de 1988. Invariavelmente, um ambiente, quando bem desenvolvido deve atender a todo tipo de usuário. Desta forma, compreendendo a realidade de pessoas com deficiência, o profissional de *design* tem a oportunidade de visualizar as necessidades dos mais diversos tipos de usuários. Assim, ao projetar espaços, móveis e ambientes de acordo com os condicionantes legais, tem um grande desafio pela frente: a compreensão do espaço ao redor e de seu público enquanto desenvolve um projeto expográfico.

No caso do museólogo, profissional que atua junto às instituições preparadas para operar com o patrimônio cultural, o usuário é tratado como ator na leitura das exposições, principal interface entre o museu e o público. Podemos nomeá-lo como visitante ou espectador do processo de interpretação da exposição e do patrimônio ali organizado em forma de narrativa. Na linha do disposto por Walter Benjamin (1993), a obra de arte é aberta, e sua relação com o visitante é, em última análise, dialética.

Por outro lado, Dischinger e Bins Ely (2005) definem espaço acessível como aquele de fácil compreensão, que permite ao usuário comunicar-se, ir e vir e participar de todas as atividades que o local proporcione, sempre com autonomia, segurança e conforto, independente de suas habilidades e restrições.

Os resultados do Censo 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostraram que, aproximadamente, 24,6 milhões de pessoas apresentavam algum tipo de incapacidade ou deficiência, que foram divididas entre: 50% mentais, 20% físicos, 15% auditivos, 10% de pessoas com deficiências múltiplas e 5% visuais. Estima-se que esse número, em 2009, tenha crescido para algo em torno de 26 milhões de pessoas. Isso representa 14,5% da população com alguma dificuldade de enxergar, ouvir, locomover-se ou alguma deficiência física ou intelectual. Essas pessoas precisam de mais oportunidades para exercer os seus direitos de cidadãos na sociedade.

Embora este tema da acessibilidade em museus e instituições patrimoniais possa parecer atual no país, já na década de 1980, a museóloga paulista Waldisa Rússio, diretora do extinto Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo, concebeu a exposição “Percepção e Criação”, que abordava a atuação das pessoas com deficiências na economia brasileira. Consta de seu depoimento, que hoje se encontra no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, a seguinte passagem: “A maioria das pessoas que trabalham em museu, todavia, parecia refratária à ideia de cegos frequentando tais estabelecimentos porque ‘museu foi feito para videntes’. O que é verdade, mas não toda a verdade”. (GUARNIERI, 1980, p. 4).

Mesmo assim, a linguagem visual ainda é a forma de comunicação predominante nas estratégias de comunicação museológica, sejam elas exposições, publicações e ações culturais. As pessoas com deficiência visual enfrentam dificuldades em usufruir destes espaços, assim como idosos e pessoas com deficiência intelectual. Atualmente, a maior parte dos profissionais de *design* de exposição afirma que as pessoas com deficiência têm o direito de ter acesso à informação, à arte e ao patrimônio, mas ainda são escassas as iniciativas de inclusão. Essa questão também merece uma reflexão sobre a mudança de atitude da sociedade em relação às pessoas com deficiências.

A população mundial é diversa, deixando de existir fronteiras populacionais e culturais. Segundo Santos (2009), essa diversidade pode ser vista sob cinco diferentes perspectivas, conforme o quadro abaixo:

Diversidade	Identificação
Dimensional	Relaciona-se com aspectos quantitativos como a altura, peso, tamanho e largura dos membros, etc. É importante no sentido da criação de valores relacionados com produtos, serviços e meios físicos, para um restrito setor populacional. Para que se consiga abranger toda a população é necessário seguir parâmetros do design universal. Por exemplo, desenhar portas suficientemente largas para cadeiras de rodas, permite, igualmente, a passagem de usuários sem cadeira de rodas, o inverso já não é possível.
Perceptiva	A perda dos sentidos, maximizado pelo grau, interfere com a forma de relacionamento com o meio físico.
Motora	Os problemas de mobilidade não estão restritos a pessoas em cadeiras de rodas, como comumente se pensa, desta forma, embora o meio físico universal seja pensado para usuários em cadeiras de rodas é importante não esquecer que existem outros problemas decorrentes da falta de mobilidade e é, igualmente, importante não favorecer determinados grupos em detrimento de outros.
Cognitiva	As alterações cognitivas interferem na capacidade de recepção e processamento de informação. Dentro das alterações de natureza cognitiva incluem-se os distúrbios de memória, problemas de orientação espacial, dificuldades de recordar informação «básica» e falta de habilidade ou capacidade para falar, ler, escrever ou compreender as palavras.
Demográfica	O envelhecimento da população e o aumento da imigração são fatores determinantes da diversidade cultural e funcional.

Quadro 01: Fatores determinantes para a diversidade humana. Cf. Santos (2009).

Desta forma, atualmente, não se pode falar de diversidade social sem que se fale na diversidade humana, conforme visto acima. A integração de pessoas com deficiência não deve ser encarada como uma forma de caridade ou boa prática social. É sim um direito de todos os cidadãos. Nestes momentos, devemos perguntar: que visitantes buscam os ambientes culturais que oferecemos? O que procuram? Quais os graus de dificuldades de cada pessoa? Primeiro, temos que conhecer o público, quão diverso ele seja, para então pensar em como atender suas necessidades e anseios em uma perspectiva de inclusão social.

O autor destaca ainda seis parâmetros para um meio físico acessível, conforme o que segue:

Parâmetros	Ações
Respeitador	Deve respeitar a diversidade dos utilizadores. Ninguém deve sentir-se marginalizado e a todos deve ser facilitado o acesso.
Seguro	Deve ser isento de riscos para todos os utilizadores. Assim, todos os elementos que integram o meio físico devem ser dotados de segurança.
Saudável	Não deve constituir-se, em si, em um risco para a saúde.
Funcional	Deve ser desenhado e concebido de tal modo que funcione de forma a atingir os fins para que foi criado, sem problemas ou dificuldades.
Compreensível	Todos os utilizadores devem saber orientar-se sem dificuldade num dado espaço e, assim, é fundamental uma informação clara. A disposição dos espaços deve ser coerente e funcional.
Estético	O resultado deve ser esteticamente agradável.

Quadro 02: Parâmetros para um meio físico acessível. Cf. Santos, 2009.

Acatando estes indicadores será possível o acesso sem restrições, que seja seguro, respeitoso, funcional e saudável, contemplando a diversidade humana. Os parâmetros acima citados levam à formulação de outras questões, como: que tipo de sociedade e cidadania se constrói para as pessoas com deficiência ou, de outro ponto de vista, diversas étnica e racialmente? Quais as perspectivas possíveis para o acesso à justiça social e cultural? O que se faz e como se faz para respeitar a diferença, muito mais do que a diversidade? Levar, realmente, em consideração o público e a diversidade/diferença de todo tipo.

Tais questionamentos, dentre outros tantos, nortearam e incentivaram o desenvolvimento do projeto de extensão universitária que descreveremos a seguir.



Sessão Técnica sobre desenho universal com a arquiteta Silvana Cambiaghi.



PROJETO DE EXTENSÃO ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES CULTURAIS

O Projeto de Extensão Universitária *Acessibilidade em Ambientes Culturais* é coordenado pelos professores Eduardo Cardoso, do Departamento de Design e Expressão Gráfica da Faculdade de Arquitetura – UFRGS, e Jeniffer Cuty, do Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – UFRGS. A primeira atividade de extensão desenvolvida foi o Seminário Nacional de Acessibilidade em Ambientes Culturais que foi realizado durante a Semana Internacional de Museus em 2011, contendo debates temáticos que visaram enfatizar aspectos diretamente relacionados com a prática profissional.

Com a participação de mais de 90 inscritos, o evento foi estruturado em três dias, no período de 17 a 19 de maio de 2011, desenvolvido em sessões técnicas pela manhã, um curso de acessibilidade em museus e mesas redondas à tarde, mais a abertura e o encerramento. Dentre vários temas, abordou-se: legislação, desenho universal, audiodescrição e tradução simultânea, e políticas públicas e privadas sobre os temas da acessibilidade.

Desta primeira iniciativa, surgiram três novas ações. A primeira foi o desenvolvimento e a constante manutenção do *blog* Acessibilidade Cultural (<http://acessibilidadecultural.wordpress.com>), que serve para divulgar o que o grupo de extensão e pesquisa está realizando, assim como para estabelecer parcerias e trocas através de um sistema de rede de *blogs* sobre a temática. Tal *blog* também dará suporte e será utilizado como repositório e espaço de discussão nas atividades realizadas na modalidade à distância. Para o próximo ano, 2012, já está programada a execução de uma capacitação em educação a distância (EAD), com o conteúdo organizado a partir do Seminário de 2011, que está sendo desenvolvido com o apoio do Edital 15 da Secretaria de Educação a Distância (SEAD/UFRGS). A segunda iniciativa é a publicação do livro homônimo ao Seminário e ao Projeto de Extensão, que traz artigos escritos pelos palestrantes convidados a participar do evento.

A terceira ação é a realização do Curso de Extensão, intitulado, *Audiodescrição de Produtos Culturais*, planejado e executado em parceria com o Museu do Sport Club Internacional - Ruy Tedesco, de Porto Alegre – RS. Tal ação será realizada no período de novembro a dezembro de 2011, nas Faculdades de Arquitetura e Biblioteconomia e Comunicação (estúdios de gravação e edição), e na sede do Museu do Internacional, onde serão desenvolvidas atividades práticas de roteirização e narração de audiodescrição, incluindo noções básicas de gravação, edição e mixagem.



Livro Acessibilidade em Ambientes Culturais.

REPERCUSSÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO

Após o planejamento e execução de tais ações, o melhor retorno que se pode ter é ver e avaliar o reflexo de tais eventos tanto do ponto de vista imediato, como, a longo prazo, com a multiplicação e disseminação cultural que tais ações provocam. Com tais experiências, as pessoas muitas vezes mudam posicionamentos e passam a contribuir para a melhoria na qualidade de vida de todos. Um exemplo desta repercussão é o relato do jornalista Marcelo Cavalcanti da Silveira, servidor da UFRGS, lotado no Planetário Professor José Baptista Pereira, que apresento a seguir:

// Quando comecei a trabalhar no Planetário, ouvi histórias de cegos que iam "assistir" às sessões. Eu me perguntava o que eles "viam"? Os cegos e as pessoas com baixa visão com certeza ouviam a música e as narrações, mas e as imagens?

Na reunião da ABP (Associação Brasileira de Planetários) no Rio de Janeiro em novembro de 2010, ouvi o colega, Marcos Calil, de São Paulo, falar sobre acessibilidade para cegos nas sessões de planetário e apresentar alguns problemas e soluções para descrever o céu para as pessoas que não enxergam da forma dita convencional, geralmente descritos como cegos e portadores de baixa visão. Uma primeira semente.

Em maio deste ano, no Curso de Acessibilidade em Ambientes Culturais na UFRGS, tive um contato mais de "perto" com o que é a audiodescrição (AD). Assisti a um curta metragem com AD, meu primeiro filme ouvido. Nesta época, tinha recém terminado a produção do programa audiovisual do Planetário, atividade realizada em comemoração aos 50 anos do homem no espaço: "O caminho das Estrelas". E conseqüentemente surgiu a vontade, ou melhor, o sonho, de "ver" o programa acessível a cegos. E comecei a procurar parceiros e as soluções possíveis.

O tempo foi passando e a falta de recursos técnicos e financeiros, além do desinteresse das pessoas que não embarcaram nesse sonho, não me fizeram desistir. Fui tateando no escuro, procurando uma luz no fim do túnel.

Estava ciente das dificuldade que viriam, mas com a certeza que é possível fazer a AD. Segui neste caminho com a determinação que a lembrança e o exemplo de Yuri Gagarin me proporcionaram. É verdade, tive vontade de jogar tudo longe e me pasmar na mesmice. Mas segui, e mesmo que a AD do “Caminho das Estrelas” não fique perfeita (será que tem de ser perfeita?), não fique “profissional”, ela terá o valor do meu sonho. O sonho de fazer a diferença, por menor que ela seja.

A minha visão sempre foi predominantemente poluída pela imagem, afinal minha maior experiência na comunicação foi a televisiva. A partir do convívio com as particularidades, comecei a experimentar não mais ver, mas sentir as imagens. Vibrei com as sensações que a ideia do céu estrelado me proporcionam e tentei descrever não mais com imagens, mas com as palavras, das quais não sou muito afeto, o que sentia. Minha relação com as coisas do céu é puramente empírica e se resume à observação do céu, à leitura de alguns (poucos) livros e à prática diária de quase sete anos passando sessões de planetário para diversos públicos. Aldebarã, a estrela mais brilhante do Touro, é vermelha, Júpiter, o maior planeta, brinca de ser estrela e Plutão, ah, Plutão é anão. E o céu que vemos é real ou será apenas uma imagem do passado distorcida pela atmosfera.

Nos cursos de Inclusão e Acessibilidade na UFRGS conquistei uma habilidade: perceber que a acessibilidade começa com o amor e com se tornar acessível, talvez o maior desafio. Com isso em mente, tento fazer a AD do “Caminho das Estrelas”. Para mim, o importante é que todos somos (praticamente) iguais. Somos seres humanos, filhos do mesmo planeta Terra. Todos nós temos o mesmo direito de aqui estar e de ser feliz. As diferenças são na verdade “particularidades” e as chamadas deficiências podem ser contornadas com a inteligência e tecnologia movidas pela vontade. A inclusão é, portanto, direito “divino” que conquistamos como o nosso dever de fazer o mundo melhor e igual para todos.

De coração, espero que esta minha “loucura” de fazer do nada uma AD, incentive aos profissionais da área a se preocuparem com acessibilidade do céu (do planetário) para todos.

Não posso deixar de agradecer aos poucos, mas valentes, que me incentivaram e ajudaram com suas ideias, sugestões e apoio. Aos amigos e aos colegas do “Programa Incluir”, meu muito OBRIGADO. Finalizando acho que VALE A PENA, nem que seja só tentar.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o indivíduo possa estar ativo e integrado ao convívio social, utilizando de forma autônoma os ambientes que necessita e deseja, os requisitos dos usuários devem ser pesquisados, compreendidos e atendidos através do projeto de sistemas, produtos e ambientes com fins culturais.

Conforme o Projeto de Extensão, suas ações e o relato apresentados, todas as medidas inclusivas devem ser muito bem pensadas, pois de nada adianta ter etiquetas com informação em Braille se as escadas não têm corrimãos ou o ambiente não tem sinalização tátil. Assim, a melhor maneira de compreender a situação das pessoas com deficiência é se colocar no lugar delas para uma experiência pessoal e única. E vale lembrar que mesmo que nada e nenhum lugar ao nosso redor esteja ou pareça ser acessível, alguém, em algum momento, tem que começar a se preocupar com o bem estar e o direito de todos e conforme dito acima, “VALE A PENA, nem que seja só tentar”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre Literatura e Historia da Cultura. São Paulo, Brasiliense, 1993. p. 197 a 221.

BERGER, Craig M. *Wayfinding: designing and implementing graphic navigational systems*. Inglaterra: Rotovision, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: RT, 2004.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera H. M. *Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos: Guia de avaliação e implementação de normas técnicas*. Santa Catarina: Ministério Público do Estado, 2005.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 5 mar. 2009.

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. *Depoimento como Coordenadora do Projeto Museu da Indústria e da Exposição Percepção e Criação*. São Paulo: Arquivo IEBUSP, 1980.

SANTOS, Sônia Maria Almeida. *Acessibilidade em museus*. Dissertação de mestrado. Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.